



# Formação Inicial Gestores Grupo Financeiro Setorial - GFS

Programas Especiais



**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria de Gestão e Recursos Humanos*

# Formação Inicial Gestores Grupo Financeiro Setorial - GFS

## Contabilidade Aplicada ao Setor Público





Escola de Serviço Público do  
Espírito Santo - Esesp

## PROGRAMAS ESPECIAIS

# Contabilidade Aplicada ao Setor Público

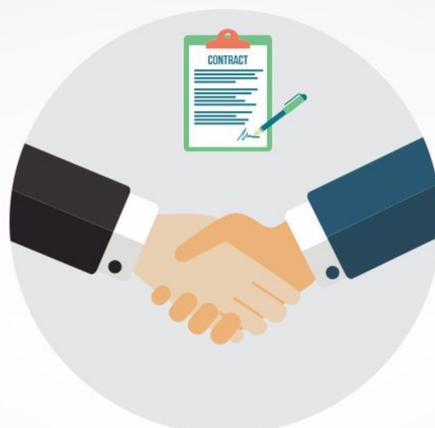
*Material elaborado com base nas NBC  
TSP, no MCASP e em slides  
disponibilizados pela Secretaria do  
Tesouro Nacional*

GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Gestão e  
Recursos Humanos



1

## CONTRATO DIDÁTICO



EXPECTATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

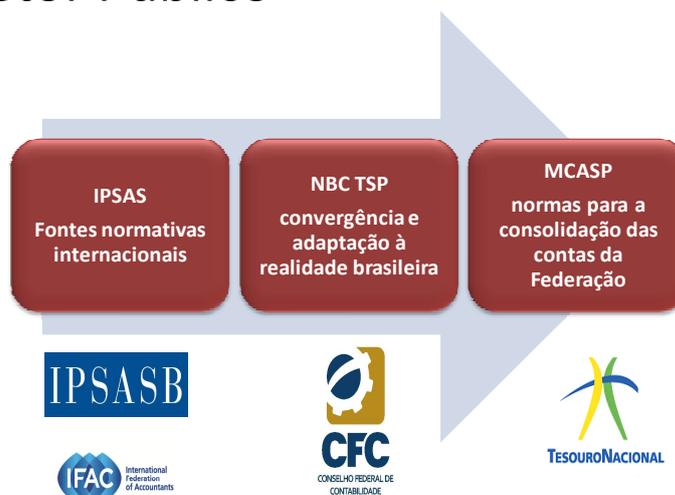
## CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO

### CONTABILIDADE PÚBLICA PRÉ-CONVERGÊNCIA

- Lei 4.320/64;
- Foco orçamentário (“Regime de caixa modificado”);
- Normas baseadas em “regras” (e não em princípios);
- Objetivo da informação contábil: controle/prestação de contas;
- Reduzido campo para exercício do julgamento profissional;
- e
- Princípios expressos em normas (Res. CFC N. 750/93).



## Processo de Convergência no Setor Público



## Processo de Convergência no Setor Público



### PLANEJAMENTO DAS EDIÇÕES DO MCASP:

EDIÇÕES DO MCASP	Válido para os exercícios:	NBC TSP convergidas
<b>7ª edição (dez/2016)</b>	<b>2017 e 2018</b>	<b>EC e mais 5 NBC TSP</b>
8ª edição (dez/2018)	2019, 2020 e 2021	15 NBC TSP
9ª edição (jul/2021)	2022 (...)	13 NBC TSP

5

## Processo de Convergência no Setor Público

### MCASP 7ª edição (dezembro/2016, vigência em 2017/2018):

- **NBC TSP Estrutura Conceitual**
- NBC TSP 1 / IPSAS 23 – *Receita de Transações Sem Contraprestação*
- NBC TSP 2 / IPSAS 9 - *Receita de Transações Com Contraprestação*
- NBC TSP 3 / IPSAS 19 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*
- NBC TSP 4 / IPSAS 12 – *Estoques*
- NBC TSP 5 / IPSAS 32 – *Concessões de Serviços Públicos: Concedente*



6

# Processo de Convergência no Setor Público

## NBC TSP recém-aprovadas

- NBC TSP 6 - / IPSAS 16 – *Propriedade para Investimento*
- NBCTSP 7 - / IPSAS 17 – *Ativo Imobilizado*
- NBCTSP 8 - / IPSAS 31 – *Ativo Intangível*
- NBC TSP 9 - / IPSAS 21 – *Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Geradores de Caixa*
- NBC TSP 10 - / IPSAS 26 – *Redução ao Valor Recuperável de Ativos Geradores de Caixa*



## Sumário

### 1. NBC TSP Estrutura Conceitual: Panorama

#### Geral

#### a. Contextualização e histórico

#### b. Aspectos introdutórios e gerais

#### c. Características qualitativas e evidenciação

## Sumário

### 1. NBC TSP Estrutura Conceitual: Panorama Geral

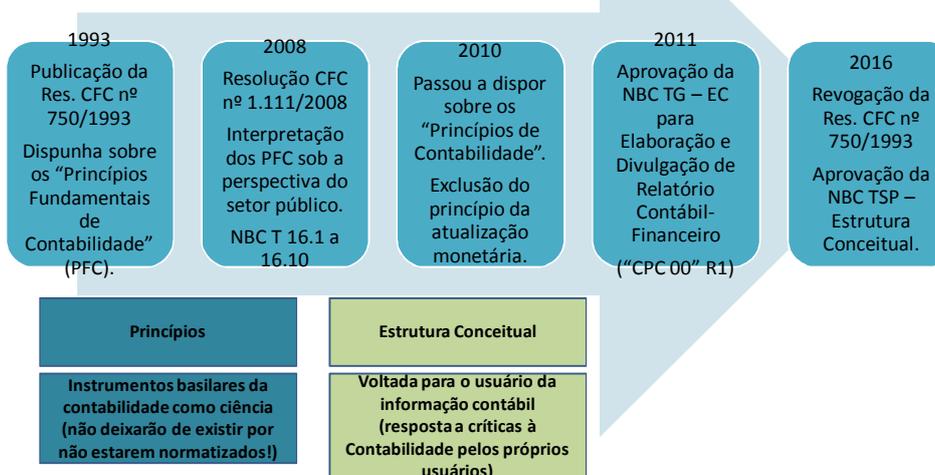
#### a. Contextualização e histórico

#### b. Aspectos introdutórios e gerais

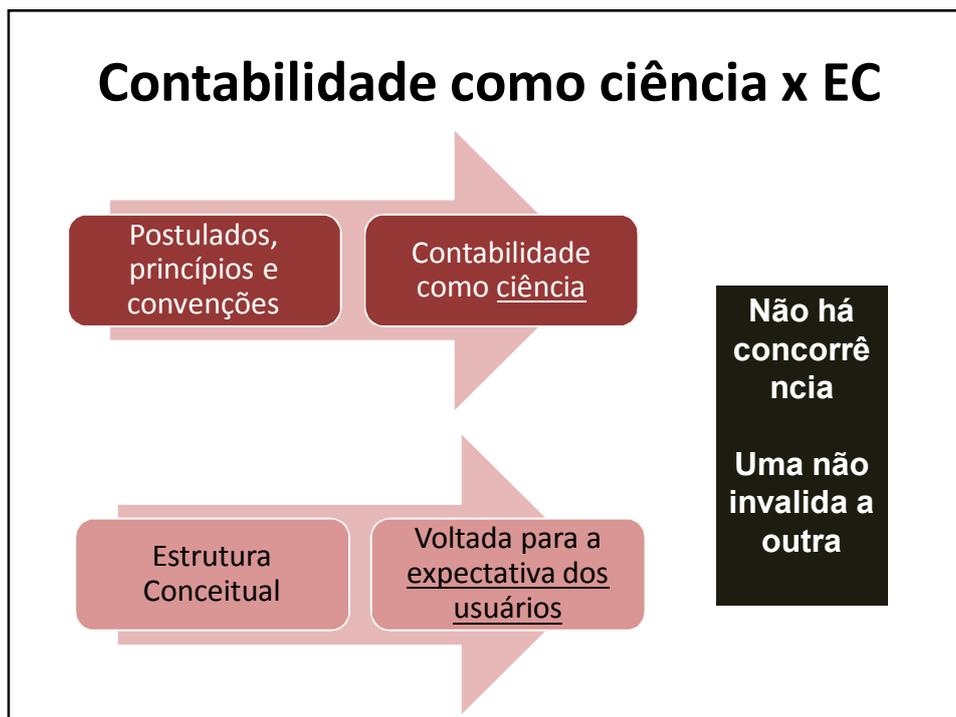
#### c. Características qualitativas e evidenciação

9

## Revogação da Resolução CFC nº 750/1993



10



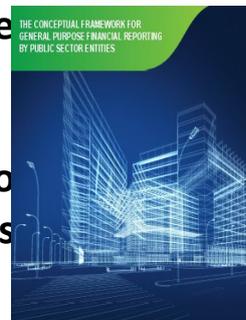
### Sumário

1. NBC TSP Estrutura Conceitual: Panorama Geral
  - a. Contextualização e histórico
  - b. Aspectos introdutórios e gerais**
  - c. Características qualitativas e evidenciação

## Estrutura Conceitual

### O que é uma Estrutura Conceitual?

- Conceitos-base para a **elaboração das Demonstrações Contábeis e outros demonstrativos (RCPGs)**
- Conceitos-base para a **elaboração das demais normas (“norma das normas”)**
- Características: **Generalidade e Estabilidade**



IPSASB  
International Public Sector Accounting Standards Board

13

## Conteúdo da Estrutura Conceitual Convergida

- **Prefácio** ASPECTOS GERAIS E CONCEITUAIS
- **Capítulo 1** – Função, Autoridade e Alcance da Estrutura Conceitual
- **Capítulo 2** – Objetivos e Usuários da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público
- **Capítulo 3** – Características Qualitativas
- **Capítulo 4** – Entidade que Reporta a Informação Contábil ASPECTOS GERAIS E CONCEITUAIS
- **Capítulo 5** – Elementos das Demonstrações Contábeis
- **Capítulo 6** – Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis EVIDENCIAÇÃO

14

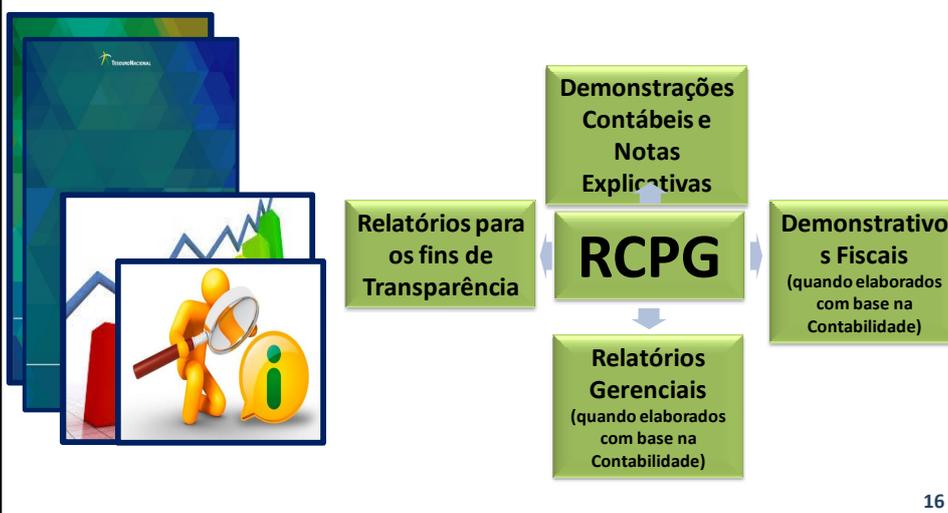
- **Capítulo 7** – Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis
- **Capítulo 8** – Apresentação de Informação nos RCPGs
- **Disposições Finais**

VIGÊNCIA E REVOGAÇÕES

15

## Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG)

EXEMPLOS:



## Objetivo da Informação Contábil e RCPGs

### Objetivo da informação contábil

Fornecer informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários para a **prestação de contas e responsabilização** (*accountability*) e **tomada de decisão**.

### Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público

São relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários

## Relacionamento dos RCPG com os Demonstrativos Fiscais

- São relatórios de **propósito geral** (item 1.4)
- São informações que aprimoram, complementam ou **suplementam** as demonstrações contábeis (item 1.6)
- Trazem informação útil para a **prestação de contas e responsabilização (accountability)** e para a tomada de decisão (item 2.1)
- Tendência de aproximação com a informação contábil em razão da Matriz de Saldos Contábeis (MSC)
  - PCASP e mapeamentos dos Demonstrativos

## Relacionamento dos RCPG com os Demonstrativos Fiscais

- São informações fornecidas pelos RCPG (itens 2.14 a 2.31):
  - Situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa
  - Resultado da prestação de serviços
  - Informações financeiras e não financeiras prospectivas
  - Informação explicativa
  - **Informação orçamentária e cumprimento da legislação ou outra regulamentação relativa à captação e à utilização de recursos**

## Relacionamento dos RCPG com os Demonstrativos Fiscais

- **Item 2.21 d NBC TSP EC:**
  - A inclusão nos RCPGs de informação que auxilia os usuários na avaliação da extensão na qual as receitas, as despesas, os fluxos de caixa e os resultados financeiros da entidade **devem estar em conformidade com as estimativas refletidas nos orçamentos aprovados**, bem como **a aderência da entidade à legislação ou outra regulamentação acerca da captação e da utilização dos recursos**, é importante para a determinação de quão bem a entidade do setor público alcançou os seus objetivos financeiros. **Tal informação é necessária para a prestação de contas e responsabilização (accountability) do governo ou de outra entidade do setor público perante os administrados**, para o aprimoramento da avaliação do desempenho da entidade e para a tomada de decisão.

## Relacionamento dos RCPG com os Demonstrativos Fiscais

- **Item 1.1 da NBC TSP EC:**
- A estrutura conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), **os quais devem ser elaborados com base no regime de competência**. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicará estes conceitos no desenvolvimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) e nas demais disposições aplicáveis à elaboração e divulgação dos RCPGs.
- **Alcança os Demonstrativos Fiscais no momento atual?**

21

## Relacionamento com as estatísticas de finanças públicas (EFP)

- 20A. Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar **interpretações diferentes para o mesmo fenômeno**, mas deve-se **buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações**.
- 24. Os objetivos e o alcance distintos levam ao tratamento também distinto de algumas transações e eventos. A **eliminação das diferenças não fundamentais [...]** e a utilização de um **único sistema de informação contábil integrado para gerar tanto as demonstrações contábeis quanto os relatórios de EFP** podem proporcionar benefícios aos usuários em termos de qualidade, tempestividade e compreensibilidade dos relatórios.

## Prefácio (Características do Setor Público)

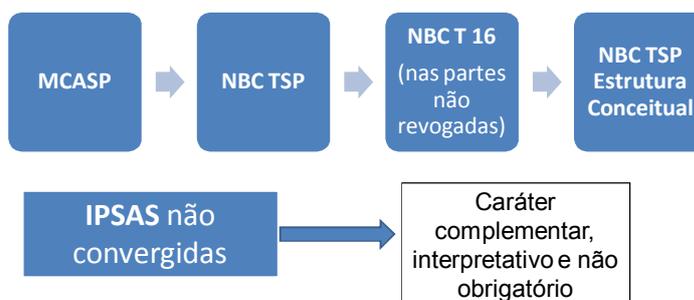
- Tributação e sua importância
- Desproporcionalidade entre o serviço e o valor pago
- Objetivos distintos
- Compatibilização e eliminação de diferenças
- Base de definição da tributação e do gasto público
- A CASP deve levar em consideração a informação orçamentária com interferência
- Programas de longo prazo e reconhecimento de ativos e passivos
- Continuidade das entidades do setor público
- Orientação a serviços x Orientação à geração de fluxo de caixa
- Peculiaridades (mercado limitado: ativos militares, de infraestrutura, patrimônio cultural, benefícios sociais etc)
- Assegurar o interesse público
- Criação de direitos e obrigações



23

## Autoridade da NBC TSP EC

- Aplicação **obrigatória**, mas **subsidiária**
- Julgamento profissional em aspectos residuais das demais normas
- Relação com as demais NBC TSP (e as antigas NBC T 16) e MCASP
  - Ordem de observância:



24

## Julgamento Profissional

- 1.3 Esta estrutura conceitual pode fornecer orientações para lidar com situações a serem evidenciadas pelas entidades do setor público **que não são tratadas por outras NBCs TSP ou por outras disposições do CFC aplicáveis às entidades do setor público.** Nessas circunstâncias, **os profissionais da contabilidade** podem consultar e considerar a aplicabilidade das definições, dos critérios de reconhecimento, dos princípios de mensuração e de outros conceitos identificados nesta estrutura conceitual.

## Alcance da EC e demais NBC TSP

- Entidades do setor público:**



## Sumário

### ESTRUTURA CONCEITUAL: Panorama Geral

- a. Contextualização e histórico
- b. Aspectos introdutórios e gerais
- c. Características qualitativas e evidenciação**

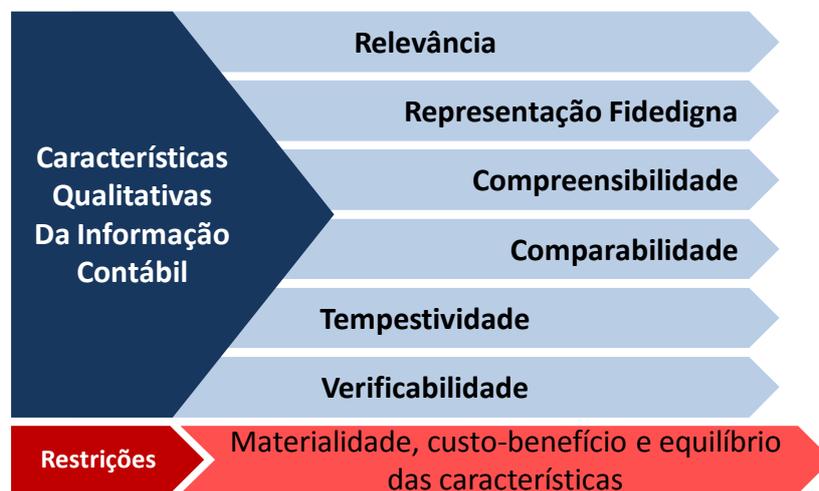
27

## Características Qualitativas (IASB x IPSASB)

### Diretrizes do IPSASB acerca das CQ

- Não deve haver hierarquia entre as CQs
- As CQs devem ser avaliadas em conjunto e subsidiar o julgamento profissional

## Características Qualitativas



29

## Sumário

1. NBC TSP Estrutura Conceitual: Panorama Geral
- 2. Elementos das Demonstrações Contábeis**
3. Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis
4. Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis
5. Procedimentos Contábeis Patrimoniais

30

## 2.1 EC: Elementos das DC – Propósito e Importância (5.1-4)

- **Elementos:** estruturas básicas a partir das quais se elaboram as Demonstrações Contábeis;
- **Fundamentação sólida:** conceituação pura e simples não esgota as possibilidades de enquadramento da transação como um elemento específico;
- **NBC TSP específica:** trata de casos particulares. Também especifica os casos não enquadrados em elementos (“outros recursos”, “outras obrigações”);

EC: Apresenta formas de caracterização dos elementos nas



**Demonstrações Contábeis**

31

## 2.2 EC: Relação de Elementos das DC (5.5)

- ativo;
- passivo;
- receita;
- despesa;
- contribuição dos proprietários;
- distribuição aos proprietários.

- E o Patrimônio Líquido?
- VPA e VPD?
- Quem são os proprietários do patrimônio público?



32

## 2.3 EC: Elementos das DC – Ativo (5.6)

**Ativo:** (i) **Recurso** (ii) **controlado** no presente pela entidade como (iii) **resultado de evento passado**.



33

## 2.4 EC: Elementos das DC – Ativo: Recurso (5.7-10)

**Recurso** – item com **potencial de serviços** ou capacidade de gerar **benefícios econômicos**.

Características:

- Potencial de serviços ou benefícios econômicos podem ser oriundos do recurso ou dos direitos de sua utilização;
- Forma física não é necessária;
- Características de alguns recursos que geram benefícios à entidade:
  - utilizar o recurso para a prestação de serviços;
  - utilizar os recursos de terceiros para prestar serviços (arrendamento mercantil);
  - converter o recurso em caixa por meio da sua alienação;
  - beneficiar-se da valorização do recurso; ou
  - receber fluxos de caixa.

34

## **2.5 EC: Elementos das DC – Ativo: Controle (5.11-12)**

**Controle** – capacidade da entidade em utilizar o recurso (ou controlar o uso por parte de terceiros) de modo a gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos para cumprimento de seus objetivos.

Alguns indicativos/sinais de controle:

- Propriedade legal (geralmente, mas nem sempre);
- acesso ao recurso ou capacidade de restringir o acesso de terceiros;
- instrumentos que assegurem que o recurso seja usado para atingir seus objetivos.

35

## **2.6 EC: Elementos das DC – Ativo: Eventos Passados (5.13)**

### **Eventos Passados**

Alguns indicativos/sinais de ocorrência de eventos passados:

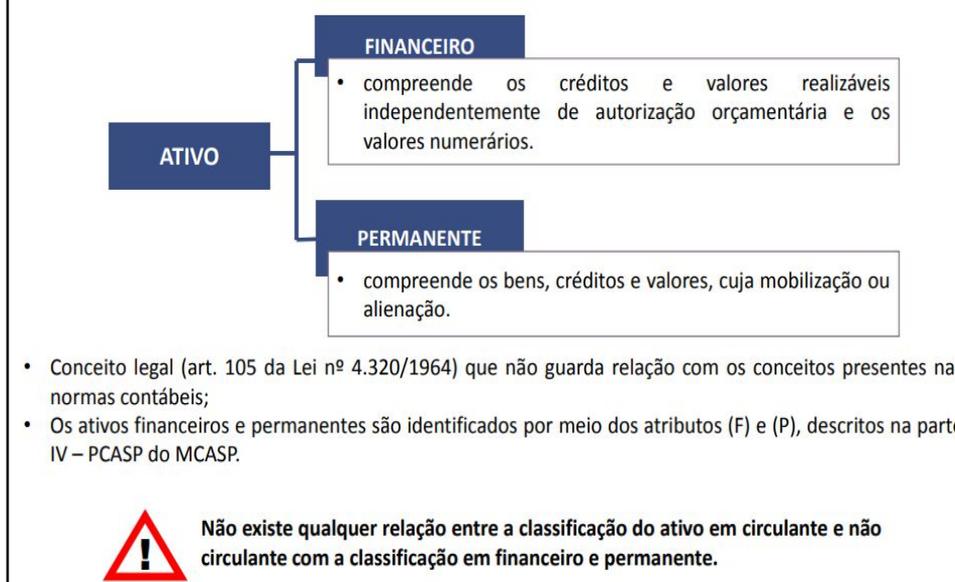
- transação com contraprestação;
- direitos soberanos (ex: poder de tributar):
  - a capacidade geral para exercer o poder;
  - a constituição de poder por meio de lei, estatuto ou instrumento congênere;
  - o exercício do poder de criar um direito; e
  - o evento que dá origem ao direito de receber recursos de terceiros.

36

## Classificação do Ativo – Circulante e Não Circulante



## Classificação do Ativo – Financeiro e Permanente



## 2.8 EC: Elementos das DC – Passivo (5.14)

**Passivo:** (i) **obrigação presente**, (ii) **derivada de evento passado**, (iii) **cujas extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.**



39

## 2.9 EC: Elementos das DC – Passivo: Obrigação Presente (5.15)

**Obrigação Presente (origem):**

- i. Ocorre por força de lei (obrigação legalmente vinculada); ou
- ii. Não ocorre por força de lei (não legalmente vinculada).

**Características:**

- Vinculada ou não, a **obrigação não pode ser evitada pela entidade**;
- A obrigação deve estar **relacionada a um terceiro** – não há obrigação para consigo mesmo;
- Não há necessidade de identificar o terceiro;
- Não há necessidade de prazo certo de liquidação para que uma obrigação seja reconhecida.

**Atenção:**

Obrigação patrimonial x Obrigação contratual x  
Obrigação orçamentária



40

## 2.10 EC: Elementos das DC – Passivo: Saída de Recursos e Eventos Passados (5.16-17)

### Saída de Recursos:

- i. Necessidade de saída de recursos da entidade para ser extinta/liquidada;
- ii. Atentar para o conceito de recursos.

### Atenção:

Liquidação orçamentária x Fato gerador da obrigação patrimonial

**Evento Passado:** eventos cujo fato gerador já tenha ocorrido.

41

## 2.11 EC: Elementos das DC – Obrigações (5.18-26)

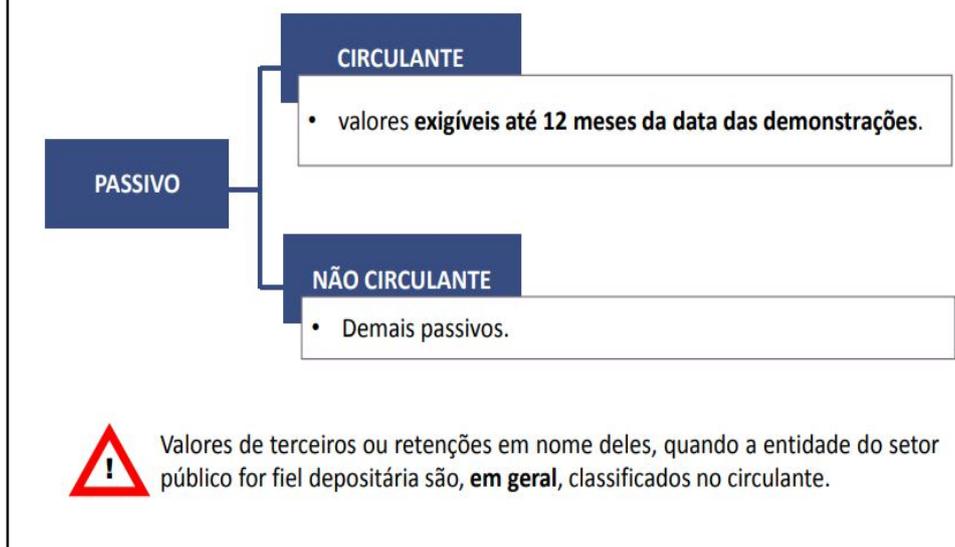
- Há **obrigações decorrentes de transação com contraprestação** que devem ser registradas mesmo não sendo liquidadas (orçamentário) imediatamente, e que serão exigíveis sem que o terceiro tenha que satisfazer qualquer condição;
- O **Poder Soberano**, por si só, não faz com que uma obrigação se enquadre ou não como passivo – há de ser observada a situação jurídica do caso específico;
- **Obrigações não legalmente vinculadas** podem originar passivos decorrentes de:
  - Calamidade pública;
  - Padrões estabelecidos de práticas passadas.

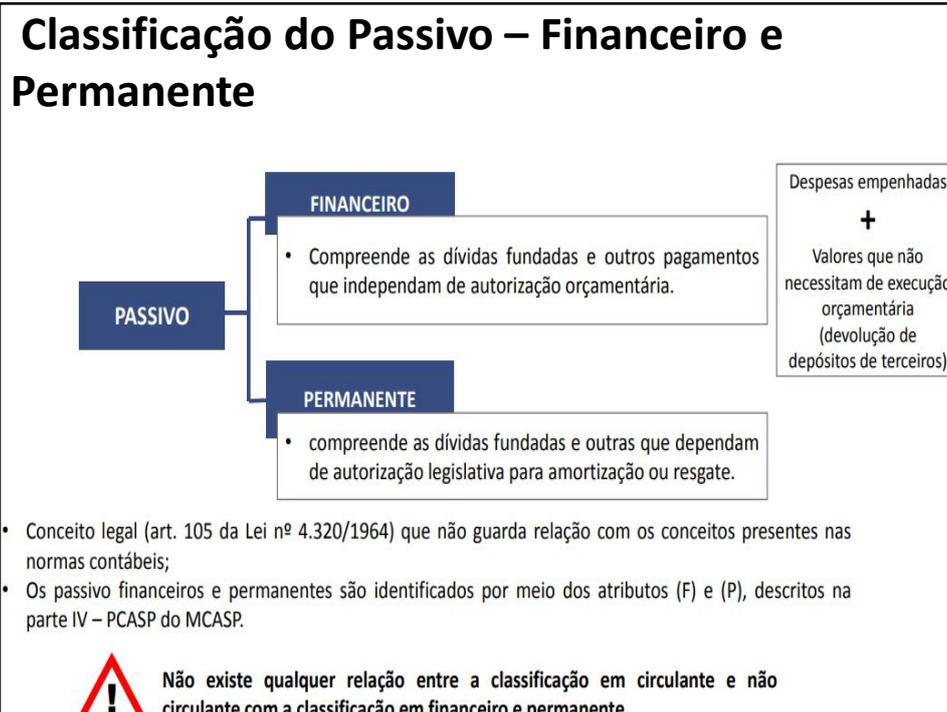
42

## Quando surge o passivo



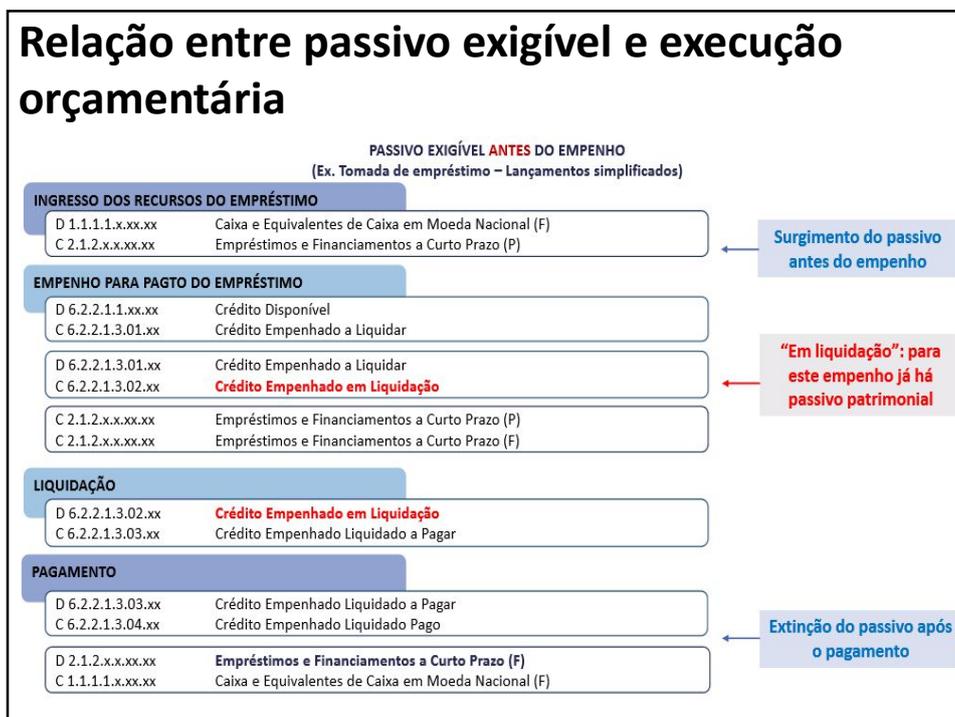
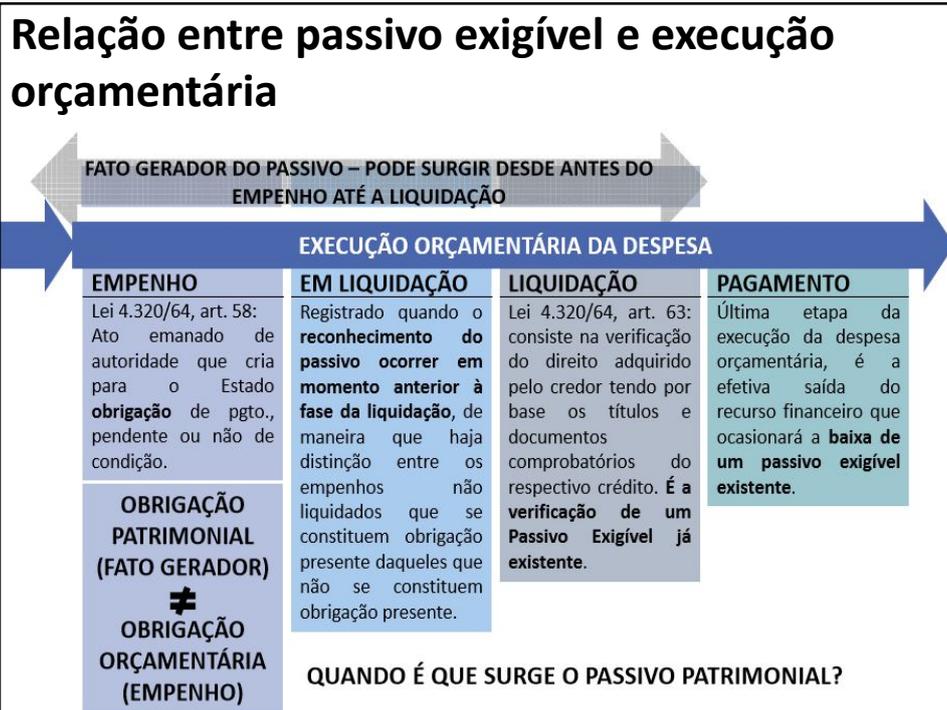
## Classificação do Passivo – Circulante e Não Circulante

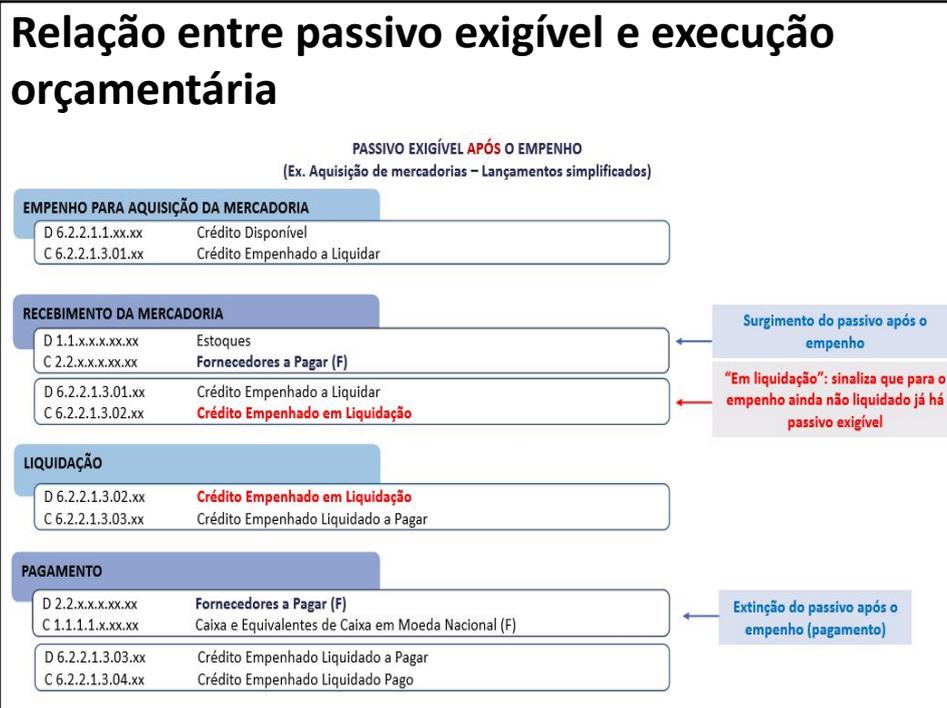




## Classificação do Passivo

Exemplos	CLASSIFICAÇÃO DO PASSIVO	
	ASPECTO ORÇAMENTÁRIO	ASPECTO PATRIMONIAL
Empenho, em jan/X1 do valor contratual para despesa com serviço de limpeza para todo o exercício	PASSIVO FINANCEIRO	NÃO HÁ PASSIVO PATRIMONIAL (ainda não houve fato gerador)
Contratação de empréstimo, com amortização mensal e prazo de 24 meses. (não empenhado)	PASSIVO PERMANENTE	PASSIVO CIRCULANTE (parcela a vencer em 12 meses) + PASSIVO NÃO -CIRCULANTE (demais parcelas)





## 2.13 EC: Elementos das DC – SPL, Outros recursos / obrigações (5.27-28)

- A Estrutura Conceitual estabelece os elementos das demonstrações contábeis.
- Podem existir situações em que alguns **recursos** ou **obrigações** não satisfaçam a definição de elemento da EC. Nesses casos, havendo disposições em NBC TSP específicas, esses itens poderão ser reconhecidos como **outros recursos / outras obrigações**;
- **Situação Patrimonial Líquida**: valor residual entre ativos e passivos ( $SPL = \sum \text{Ativos} - \sum \text{Passivos}$ ).

Situação Patrimonial Líquida x Patrimônio Líquido

## 2.14 EC: Elementos das DC – Receita e Despesa (5.29-31)

CARACTERÍSTICA	RECEITA	DESPESA
Benefícios Econômicos	Aumento	Redução
Período de apuração	Período contábil (exercício)	Período contábil (exercício)
Relação com entrada / saída de recursos	Entrada	Saída
Possíveis reflexos no ativo	Aumento	Redução
Possíveis reflexos no passivo	Redução	Aumento
Reflexo na Situação Patrimonial Líquida	Aumento	Redução
Relações com os proprietários	Não se confundem com contribuições dos propr.	Não se confundem com distribuições aos propr.

**Receita “patrimonial” x Receita “orçamentária”**

51

## 2.15 EC: Elementos das DC – Superávit / Déficit e Contribuição / Distribuição aos Proprietários (5.32-37)

- **Setor Público: não é orientado a lucro, e sim a serviços;**
- **Superávit ou Déficit:** resultado do confronto entre receitas e despesas:
  - Superávit =  $\sum \text{Receitas} > \sum \text{Despesas}$
  - Déficit =  $\sum \text{Receitas} < \sum \text{Despesas}$
- **Contribuição dos proprietários:** entrada de recursos de partes externas, aumentando sua participação no PL da entidade;
- **Distribuição aos proprietários:** saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, reduzindo sua participação no PL;
- Receita x Contribuição dos Proprietários / Despesa x Distribuição aos Proprietários

52

## Sumário

1. NBC TSP Estrutura Conceitual: Panorama Geral
2. Elementos das Demonstrações Contábeis
- 3. Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis**
4. Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis
5. Procedimentos Contábeis Patrimoniais

53

### **3.1 EC: Critérios de Reconhecimento nas DC – (6.1-6)**

- **Reconhecimento:** incorporação do item no corpo da Demonstração Contábil adequada;
- **Elementos são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando:**
  - **Satisfizerem a definição de elemento; e**
  - **Puderem ser mensurados (características qualitativas x restrições sobre a informação);**
- **Incertezas:** devem ser analisadas caso a caso, observando as evidências disponíveis.
  - Normas específicas apresentam o detalhamento. Por exemplo:
    - Fontes externas: condições de mercado, etc.
    - Fontes internas: dano físico, perda da capacidade produtiva, etc.

54

### 3.2 EC: Critérios de Reconhecimento nas DC – Mensuração, Evidenciação e Desreconhecimento (6.7-10)

- **Mensuração:** pode estar permeada por incertezas – **estimativas** podem ser necessárias;
- **Evidenciação:** pode ajudar a entender as incertezas relacionadas à mensuração, como as técnicas de estimativas empregadas;
- **Desreconhecimento:** baixa de um elemento previamente reconhecido, por meio da avaliação acerca de mudanças que justifiquem a remoção do elemento.

Obs. Falhas relacionadas ao não reconhecimento de itens que satisfaçam a definição de elemento não são convalidadas pela evidenciação das políticas contábeis.

55

### Sumário

1. NBC TSP Estrutura Conceitual: Panorama Geral
2. Elementos das Demonstrações Contábeis
3. Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis
4. **Mensuração de Ativos e Passivos nas  
Demonstrações Contábeis**
5. Procedimentos Contábeis Patrimoniais

56

## Mensuração de ativos e passivos no setor público

### Mensuração

Determinação de valores pelos quais os elementos contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis.

#### Objetivo:

- o Selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

- A Estrutura conceitual não propõe uma única base de mensuração, mas apresenta diferentes bases para ativos e passivos;
- A seleção da base de mensuração considera o grau de observância das características qualitativas e as restrições sobre a informação nas demonstrações contábeis.

## Bases de Mensuração dos Ativos

Base de mensuração	Descrição	Entrada ou saída	Observável, ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Valor para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade
Valor de mercado (em mercado inativo)		Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor
Custo de reposição ou substituição	Custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de ativo (inclusive o montante que a entidade recebe a partir de sua alienação ao final da sua vida útil) na data do relatório.	Entrada	Observável	Específica para a entidade
Preço líquido de venda	Montante que a entidade pode obter com a venda do ativo após deduzir os gastos para a venda.	Saída	Observável	Específica para a entidade
Valor em uso	Valor presente, para a entidade, do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos remanescentes do ativo, caso este continue a ser utilizado, e do valor líquido que a entidade receberá pela sua alienação ao final da sua vida útil.	Saída	Não observável	Específica para a entidade

Bases de Mensuração dos Passivos				
Base de mensuração	Descrição	Entrada ou saída	Observável, ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Importância recebida para se assumir uma obrigação, a qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, ou ao valor de outra importância recebida à época na qual a entidade incorreu no passivo.	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Custo de cumprimento da obrigação	Custos nos quais a entidade incorre no cumprimento das obrigações representadas pelo passivo, assumindo que o faz da maneira menos onerosa.	Entrada	Não observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas em transação sob condições normais de mercado.	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade
Valor de mercado (em mercado inativo)		Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor
Custo de liberação	Montante que corresponde à baixa imediata da obrigação. Montante que o credor aceita no cumprimento da sua demanda, ou que terceiros cobrariam para aceitar a transferência do passivo do devedor. Termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito de preço líquido de venda utilizado no contexto dos ativos.	Saída	Observável	Específica para a entidade
Preço presumido	Montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente. Termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito do custo de reposição para os ativos.	Entrada	Observável	Específica para a entidade

## Disponibilidades e aplicações financeiras

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.



### EXEMPLO

Aquisição de cotas de fundo por R\$10.000,00 em jan/15, com intenção de resgate em curto prazo.

Valorização das cotas do fundo, tendo em em fev/15 um valor de mercado de R\$10.800,00.

D 1.1.4	Investimentos e aplic. tempor.	R\$	D 1.1.4	Investimentos e aplic. tempor.	R\$
C 1.1.1	Caixa e equivalentes de caixa	10.000	C 4.4.5	VPA- Remuneração de ap. finan.	800

--

## Créditos e obrigações

### Direitos, títulos de créditos e obrigações

são mensurados ou avaliados pelo **valor original**, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Quando **prefixados**: ajustados a valor presente.

Quando **pós fixados**: ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até o encerramento do balanço.

Atualizações\ajustes apurados vão para **contas de resultado**.

### EXEMPLO

União recebe empréstimo do BIRD em jan/15 para financiamento das Olimpíadas, no valor de U\$100.000, câmbio de R\$2,50.

Em dez/15, na data de levantamento do Balanço Patrimonial, a taxa de câmbio vigente era de R\$3,20.

D 1.1.1	Caixa e equivalentes de caixa	R\$	D 3.4.1	VPD - Juros e encargos de emprés.	R\$
C 2.1.2	Emprést. e financ. a curto prazo	250.000	C 2.1.2	Emprést. e financ. a curto prazo	70.000

Desvalorização cambial → aumento do endividamento pelo aumento do dólar  
 $(R\$ 3,20 - R\$ 2,50) * 100.000 = R\$ 70.000$

## Estoques

### REGRA GERAL

Mensurados com base no **valor de aquisição/produção/construção** ou **valor realizável líquido**, dos dois o menor.

### EXCEÇÕES

Situação	Base de mensuração
• Estoques adquiridos por meio de transação sem contraprestação	valor justo na data da aquisição
• Estoques mantidos para distribuição gratuita ou de valor irrisório (incluídos estoques mantidos para consumo no processo de produção de tais bens)	custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor
• Bens de almoxarifado	Custo médio ponderado

O método para mensuração e avaliação das **saídas dos estoques** é o **custo médio ponderado**, conforme o art. 106 da **Lei 4.320/64**.



## Investimentos

As participações em empresas e em entidades diversas em que a administração tenha **influência significativa** devem ser mensuradas ou avaliadas pelo **método da equivalência patrimonial**.

As **demais participações** devem ser mensuradas ou avaliadas de acordo com o **custo de aquisição**.

### EXEMPLO

União cria empresa pública integralizando 60% do seu capital. Na constituição, o PL da empresa é de R\$ 100 bi.

Ao final do exercício financeiro, após a apuração do resultado, a empresa apresentou PL de R\$ 120 bi.

Equivalência patrimonial:  
 $60\% \times (120 - 100 \text{ bi}) = 60\% \text{ de } 20 \text{ bi} = \text{R\$ } 12 \text{ bi}$

D 1.2.2	Participações permanentes	R\$
C 1.1.1	Caixa e equivalentes de caixa	60 bi

D 1.2.2	Participações permanentes	R\$
C 4.9.2	Resultado positivo de MEP	12 bi

## Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no **valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada** e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

- Os gastos posteriores devem ser **incorporados ao valor do ativo** quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.
- Os demais gastos devem ser reconhecidos como **despesa do período** em que seja incorrido.

O **ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura** (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

## Sumário

1. NBC TSP Estrutura Conceitual
2. Elementos das Demonstrações Contábeis
3. Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis
4. Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis
5. **Procedimentos Contábeis Patrimoniais**

65

## Estoques

### Conceito

<b>Ativos</b>	• Na forma de materiais ou suprimentos	A serem consumidos no processo de produção	Ex.: Matéria-prima
		A serem consumidos ou empregados na prestação de serviços	Ex.: Material de escritório
	• Mantidos para venda (inclui terrenos e outros imóveis para revenda)		Ex.: Estoques agrícolas mantidos pela CONAB
	• Mantidos para distribuição		Ex.: Cartilha de prevenção e combate à dengue

## Estoques

O conceito de valor justo, apesar de não constar da Estrutura Conceitual, ainda está previsto em algumas NBC TSP. À medida que essas normas forem revogadas, esse não será mais um conceito utilizado.



### Mensuração

<b>Regra geral</b>	<b>Custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois o menor.</b>
Adquiridos por meio de transação sem contraprestação	Valor justo na data de aquisição
Bens de almoxarifado	Preço médio ponderado das compras <span style="color: red; font-size: small;">Lei n. 4.320/1964, art. 106, III</span>
Distribuição gratuita ou valor irrisório	Custo histórico ou custo corrente de reposição, dos dois o menor.

Os estoques serão obrigatoriamente contabilizados, fazendo-se a tomada anual das contas dos responsáveis. (Decreto-lei 200/1967, art. 88)



### Contabilização – Natureza Patrimonial

D. 1.1.5.x.x.xx.xx Estoques (P)	
C. 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (P)	

## Estoques

### Custo de aquisição

<ul style="list-style-type: none"> <li>preço de compra</li> <li>tributos não recuperáveis</li> <li>Frete (transporte)</li> <li>Seguro</li> <li>Manuseio</li> <li>Outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e suprimentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Descontos comerciais</li> <li>Abatimentos</li> </ul>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------

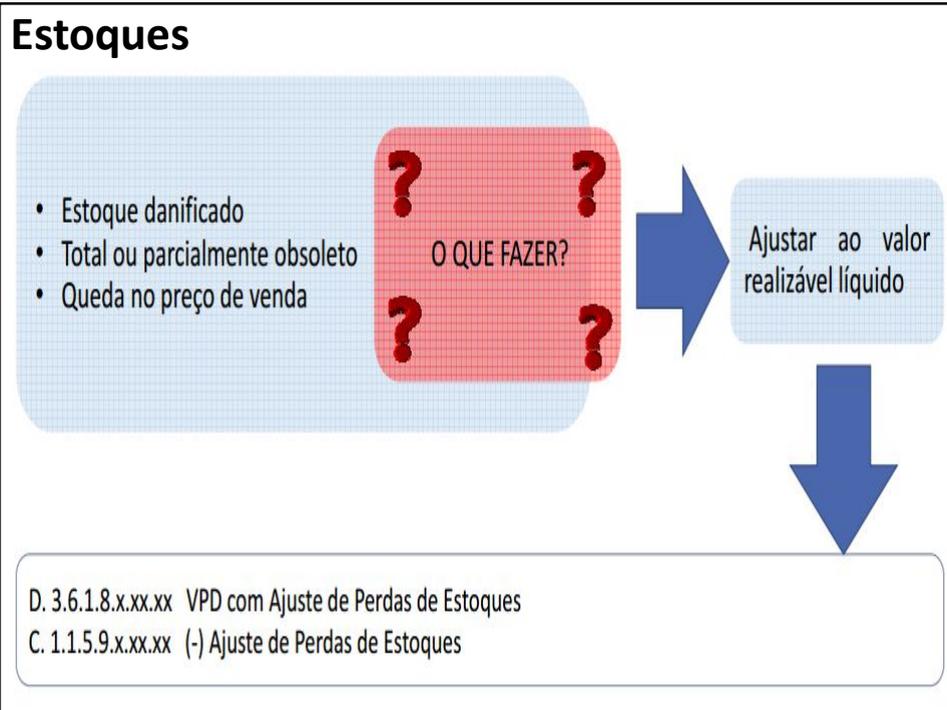
### Custo de Transformação

- Mão de obra direta;
- Alocação sistemática de custos indiretos de produção, variáveis e fixos, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

**NÃO devem ser incluídos no custo dos estoques**

- Valor **anormal** de desperdício de materiais, mão-de-obra ou outros insumos de produção;
- Despesa de armazenamento (a menos que sejam necessárias ao processo produtivo, como entre uma ou outra fase de produção)
- Despesa administrativas
- Despesa de comercialização

**VPD DO PERÍODO EM QUE SÃO INCORRIDOS**



## Ativo Imobilizado

### Conceito

É o item **tangível** que é mantido para o **uso** na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que **transfiram para a entidade** os benefícios, riscos e controle desses bens, e cujo **tempo de utilização** dar-se-á por mais de um período.



## Ativo Imobilizado

### BENS MÓVEIS

Compreende os que têm existência material e que **podem ser transportados** por movimento próprio **ou removidos** por força alheia **sem alteração da substância ou da destinação econômico-social**.



### BENS IMÓVEIS

Compreende o valor dos bens vinculados ao terreno (solo) que **não podem ser retirados sem destruição ou dano**.

## Reconhecimento e Mensuração do Ativo Imobilizado

É provável que o item produzirá **benefícios econômicos futuros** e tais benefícios associados ao item fluirão para a entidade?

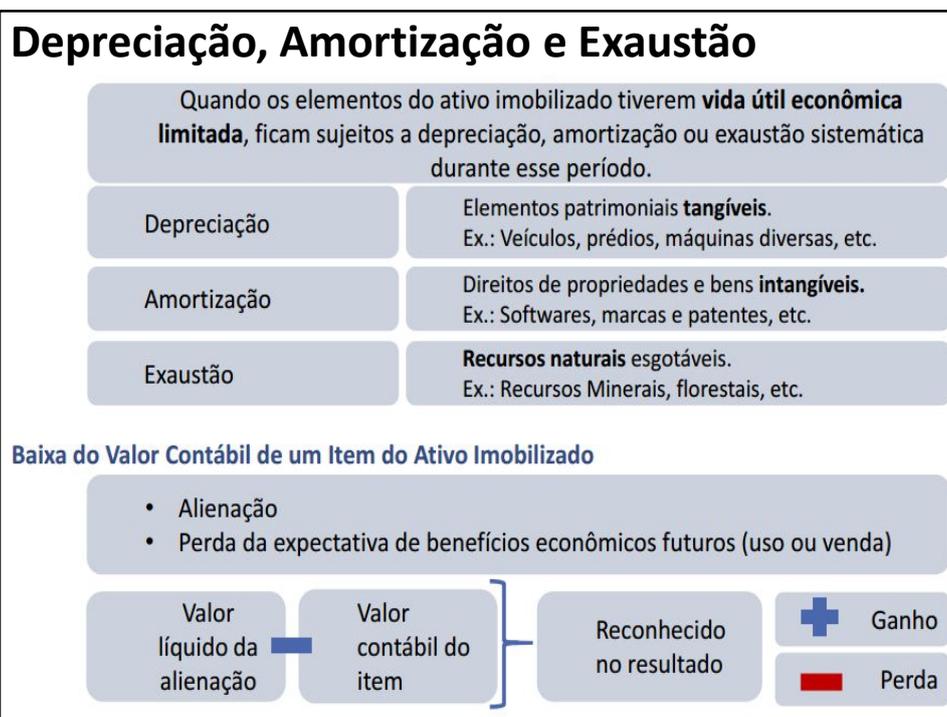
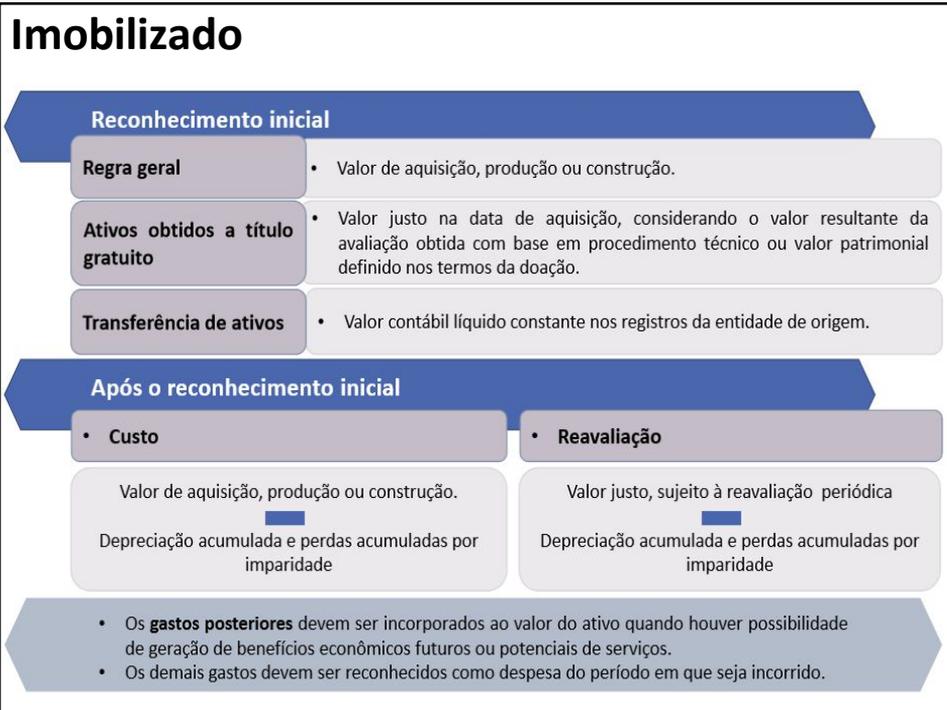
O **custo ou valor justo** pode ser mensurado com confiabilidade?

Ativo deve ser reconhecido



Efeito da adoção inicial das novas Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Ajustes de exercícios anteriores



## Ativos de Infraestrutura

Ativos que normalmente podem ser conservados por um **número significativamente maior de anos** do que a maioria dos bens de capital, atendendo a determinadas características.

### Características

- Faz parte de um sistema ou rede;
- É especializado por natureza e sem uso alternativo;
- É um bem imóvel;
- Pode estar sujeito a restrições na alienação.



### Contabilização

- Segue mesma base utilizada para os demais ativos imobilizados;
- Impossibilidade de determinar valor justo: custo de reposição depreciado (considera condição/estado físico atual do bem).

## Bens do Patrimônio Histórico-Cultural

Ativos com **significância histórica, cultural ou ambiental**.

### Características

- Valor cultural, ambiental, educacional e histórico **não é refletido totalmente** no valor puramente baseado no **preço de mercado**;
- As obrigações legais ou estatutárias podem impor proibições ou **restrições severas na alienação por venda**;
- São geralmente **insubstituíveis** e seus **valores podem aumentar com o tempo mesmo caso se deteriore**;
- Pode ser **difícil estimar sua vida útil**;



### Contabilização

Facultativa, podendo seguir bases distintas daquelas aplicadas aos demais ativos imobilizados. Caso contabilizado, deverá ter a base de contabilização apresentada em **notas explicativas**.

## Ativo Intangível

### Conceito

É um ativo **não monetário, sem substância física, identificável**, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais.



Não sendo atendidas estas características, o gasto decorrente de aquisição ou geração interna deverá ser reconhecido diretamente como **Varição Patrimonial Diminutiva (VPD)**.



## Reconhecimento do Ativo Intangível

Ativo intangível é identificável quando:

a) **For separável:** puder ser separado e vendido, transferido, licenciado, alugado, trocado, etc.;

b) **Resultado de compromissos obrigatórios:** como direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de serem transferíveis ou separáveis.



O ágio derivado da **expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido** como ativo.

Ativo que contém elementos tangíveis e intangíveis: classifica-se como imobilizado ou intangível?

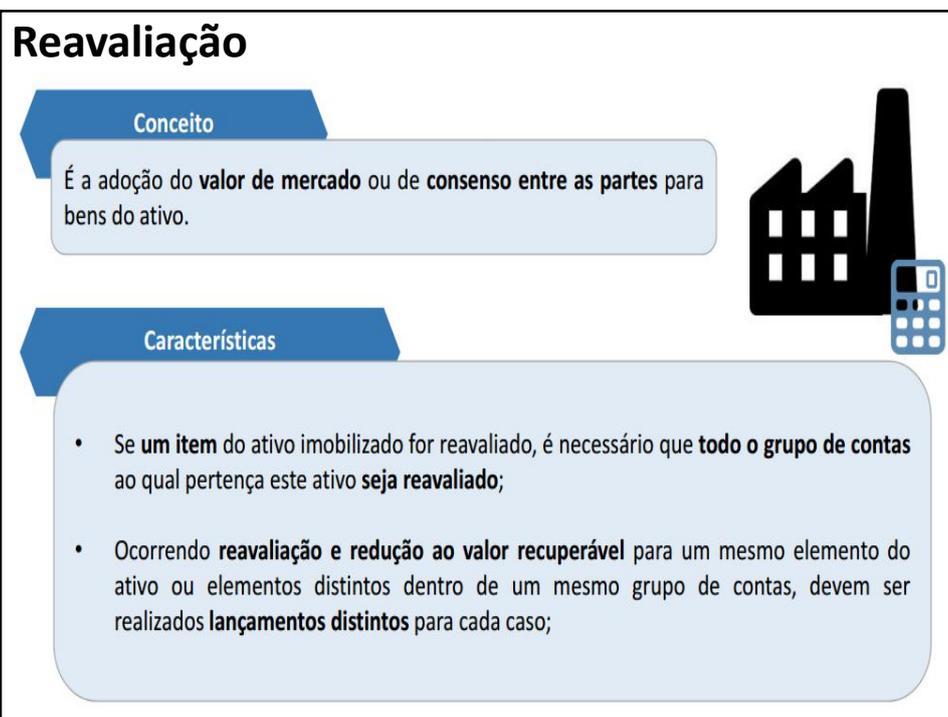
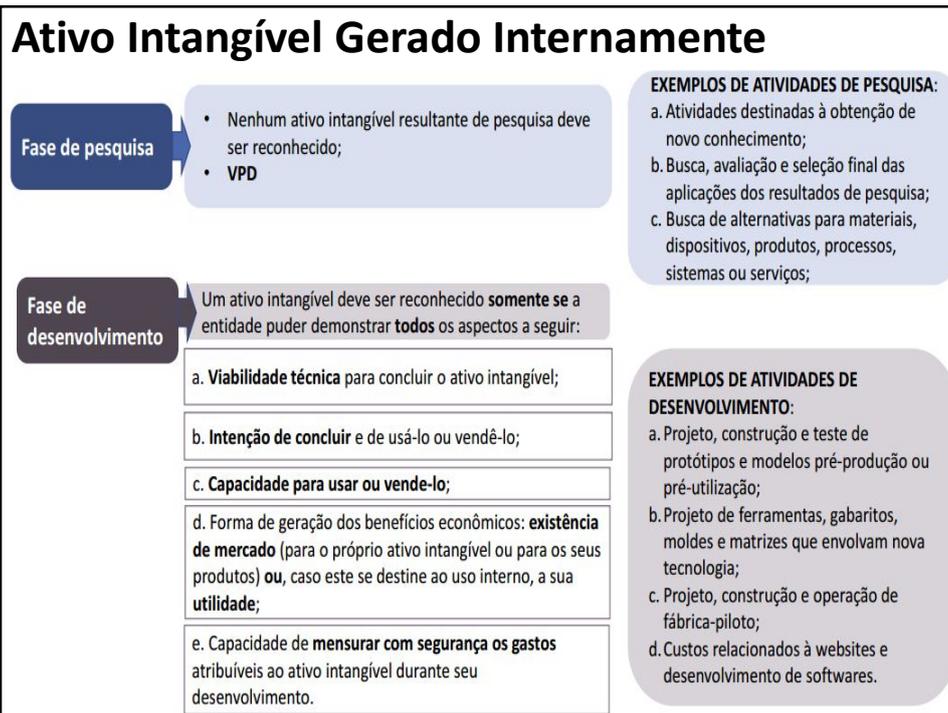
Avaliar qual elemento é **mais significativo**

### ATIVO IMOBILIZADO

Ex.: Software de máquina/ferramenta controlada por computador, como **sistema operacional de um computador** → deve ser reconhecido em conjunto com o PC

### ATIVO INTANGÍVEL

Ex.: Licença para utilização do **Pacote Office** (Software não é parte integrante do hardware)



## Reavaliação

### Valor da Reavaliação

Estimativa de valor justo pode ser feita com base no **valor de reposição devidamente depreciado**;

- Custo de construção de **ativo semelhante** com similar potencial de serviço;
- Compra de um bem com as **mesmas características e mesmo estado físico** do bem objeto da reavaliação.

Fontes de Estimativa

- Tabela FIPE no caso de veículos;
- Valor do m<sup>2</sup> do imóvel em determinada região

Fontes de Informação



Sendo impossível estabelecer o valor de mercado do ativo, deve-se trabalhar com **parâmetros de referência**, que considerem bens com características, circunstâncias e localizações assemelhadas.



## Reavaliação

Valor Líquido Contábil	Valor de Mercado	Reavaliação	Valor Atual
R\$ 4.100,00	R\$ 6.000,00	R\$ 1.900,00	R\$ 6.000,00



D. 1.2.2.x.x.xx.xx Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

R\$ 1.900,00

C. 4.6.1.1.x.xx.xx Reavaliação de Imobilizado

## Redução ao Valor Recuperável

### Perda por Irrecuperabilidade

É a **desvalorização de um ativo quando seu valor contábil excede o valor recuperável**. É a perda dos benefícios econômicos ou do potencial de serviços de um ativo, **além da depreciação/exaustão/amortização**.

### Valor Recuperável

**Valor de venda** de um ativo **menos o custo para a sua alienação** (preço líquido de venda); ou valor que a entidade pública espera recuperar pelo **uso futuro** desse ativo.

### Teste de Impairment – Quando fazer?

**Valor Contábil (ativo imobilizado ou intangível) > Valor Recuperável**

**Redução ao valor recuperável:** é o ajuste para adequar o valor contábil dos ativos à sua real capacidade de retorno econômico.

D. 3.6.1.x.x.xx **Redução ao valor recuperável**  
C. 1.2.3.9.x.xx.xx **(-) Redução ao valor recuperável de Imobilizado**

## Redução ao Valor Recuperável

### FATORES A SEREM CONSIDERADOS NA ANÁLISE DA PERDA POR IRRECUPERABILIDADE

FONTES EXTERNAS DE INFORMAÇÃO	Mudanças significativas no ambiente tecnológico, legal ou de política de governo no qual a entidade opera.
	Cessaçã total ou parcial das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem.
	Há mercado ativo, mas o bem não pode mais ser utilizado, tendo seu valor de mercado diminuído significativamente (mais que o esperado pela passagem do tempo ou uso normal).
FONTES INTERNAS DE INFORMAÇÃO	Evidência de danos físicos no ativo.
	Evidência disponível que indique que o desempenho dos serviços de um ativo é ou será pior do que o esperado.
	Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade na maneira como um ativo é ou será usado.



O teste de *Impairment* pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação (amortização) ou o valor residual do ativo **necessitam ser revisados**.



## Reversão da perda por irrecuperabilidade

- Na **data de encerramento** das demonstrações contábeis, deve-se avaliar se há alguma **indicação**, com base nas fontes externas e internas de informação, de que uma **perda por irrecuperabilidade** reconhecida em anos anteriores não é mais adequada e, por isso, deva ser reduzida ou eliminada.
- A **reversão** da perda por irrecuperabilidade de um ativo deve ser reconhecida diretamente **no resultado**.



O **aumento** do valor contábil de um ativo atribuível à reversão de perda por irrecuperabilidade **não deve exceder o valor contábil** que teria sido determinado (líquido de depreciação ou amortização), caso nenhuma perda por irrecuperabilidade tivesse sido reconhecida em anos anteriores.

## Redução ao valor recuperável – Registro Contábil

Valor líquido Contábil	Valor de Mercado/em Uso	R.V.R.	Valor Atual
R\$ 4.100,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.600,00	R\$ 1.500,00



D. 3.6.1.x.x.xx.xx	Redução ao valor recuperável	
C. 1.2.3.9.x.xx.xx	(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	R\$ 2.600,00

## Reversão de perda por irrecuperabilidade – Registro contábil

Valor líquido Contábil	Valor de Mercado/em Uso	R.P.I.	Valor Atual
R\$ 1.500	R\$ 2.100,00	R\$ 600,00	R\$ 2.100,00

D. 1.2.3.9.x.xx.xx (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado  
C. 4.6.5.2.x.xx.xx Reversão de Redução a Valor Recuperável de Imobilizado R\$ 600,00

SUPONHA QUE O VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL ANTES DA REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL ERA R\$ 1.800,00.  
QUAL DEVE SER O VALOR DA REVERSÃO?

Valor líquido Contábil	Valor de Mercado/em Uso	R.P.I.	Valor Atual
R\$ 1.500	R\$ 2.100,00	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00



O aumento do valor contábil de um ativo atribuível à reversão de perda por irrecuperabilidade não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por irrecuperabilidade tivesse sido reconhecida em anos anteriores.

E COMO FICA A DEPRECIÇÃO?

A VPD de depreciação ou amortização deve ser ajustada em períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo em base sistemática sobre sua vida útil remanescente.

## Provisão

### Conceito

Passivo de prazo ou valor incerto

**Passivo** é uma *obrigação presente*, derivada de *evento passado*, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, item 5.14



O termo provisão não deve remeter a elementos do ativo, como ajuste para perdas de recebíveis, por exemplo.

## Provisão no PCASP

2.1.7.0.0.00.00	PROVISÕES A CURTO PRAZO
2.1.7.1.0.00.00	PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO
2.1.7.3.0.00.00	PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO
2.1.7.4.0.00.00	PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO
2.1.7.5.0.00.00	PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO
2.1.7.6.0.00.00	PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO
<u>2.1.7.7.0.00.00</u>	<u>PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A CURTO PRAZO</u>
2.1.7.9.0.00.00	OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO

2.2.7.0.0.00.00	PROVISÕES A LONGO PRAZO
2.2.7.1.0.00.00	PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO
2.2.7.3.0.00.00	PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO
2.2.7.4.0.00.00	PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO
2.2.7.5.0.00.00	PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO
2.2.7.6.0.00.00	PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO
<u>2.2.7.7.0.00.00</u>	<u>PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO</u>
2.2.7.9.0.00.00	OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO

## Provisão x Outros Passivos

Provisão	Contas a pagar	Passivos derivados de apropriações por competência
<ul style="list-style-type: none"> <li>Passivo de prazo ou valor incerto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decorrentes de bens ou serviços recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decorrentes de bens ou serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo os valores devidos aos empregados, como, por exemplo, valores relacionados ao pagamento de férias e décimo terceiro salário</li> </ul>

Embora em certos momentos seja necessário estimar o valor ou o prazo dos passivos derivados de apropriações por competência, a incerteza é geralmente muito menor que nas provisões. Essas obrigações são geralmente divulgadas como parte das contas a pagar. Por sua vez, as provisões são divulgadas separadamente.

## Provisão

### Reconhecimento

- Existe uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados;
- É provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação;
- É possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação;

Exemplo	Registra provisão?
• Entidade deverá pagar multa e custos de reparação provenientes de danos ambientais por ela causados, conforme imposto pela legislação.	
• Administração da entidade decidiu instalar filtros para evitar a emissão de gases poluentes	

### Contabilização

D 3.9.7.x.x.xx.xx	VPD de constituição de provisões	
C 2.x.7.x.x.xx.xx	Provisões	100.000

## Provisão

### Mensuração

Melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

Uma única obrigação → Resultado individual mais provável

Obrigação que envolvem diversos itens → Valor esperado: ponderação de todos os possíveis resultados

### Exemplo

O governo detectou que, devido a um erro no sistema de cobrança, um tributo foi cobrado indevidamente de determinados contribuintes, sendo necessário fazer a restituição.

- Se a totalidade dos valores cobrados deve ser restituída, o desembolso esperado será R\$ 5 milhões;
- Se o erro resultou apenas numa cobrança a maior do tributo, o desembolso esperado será R\$ 2 milhões.
- Se o erro do sistema não afetou a cobrança do tributo, não há valor a restituir.

Estima-se que 10% dos contribuintes foram indevidamente tributados, 30% tenham sido tributados a maior e que 60% não foram afetados.

Probabilidade	Valor (R\$)	
10%	5.000.000	➔ Valor esperado: R\$ 1.100.000
30%	2.000.000	
60%	0	

## Provisão

### Mudanças nas Provisões

- As provisões devem ser reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis:

- Quando não houver mais incertezas quanto ao valor e ao prazo de determinado passivo este deixará de ser uma provisão, devendo ser reconhecida a obrigação a pagar correspondente.
- Se já não for mais provável que será necessária uma saída de recursos para o pagamento da obrigação, a provisão deve ser revertida.

Valor da obrigação igual ao valor provisionado	D 2.x.7.x.x.xx.xx	Provisões	
	C 2.x.x.x.x.xx.xx	Obrigações a Pagar	100.000
Valor da obrigação maior que o valor provisionado	D 2.x.7.x.x.xx.xx	Provisões	100.000
	D 3.x.x.x.x.xx.xx	VPD	20.000
	C 2.x.x.x.x.xx.xx	Obrigações a Pagar	120.000
Valor da obrigação menor que o valor provisionado	D 2.x.7.x.x.xx.xx	Provisões	100.000
	C 2.x.x.x.x.xx.xx	Obrigações a Pagar	80.000
	C 4.9.7.1.x.xx.xx	Reversão de Provisões	20.000
Reversão da provisão	D 2.x.7.x.x.xx.xx	Provisões	
	C 4.9.7.1.x.xx.xx	Reversão de Provisões	100.000

 Uma provisão somente poderá ser usada para os desembolsos para os quais foi **originalmente reconhecida**.

## Provisão

### Conceito

- Uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou
- Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - É improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou
  - Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

 Os passivos contingentes **não** devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgadas em notas explicativas.

### Registro em contas de controle

D 7.1.2.x.x.xx.xx	Atos Potenciais Passivos	
C 8.1.2.x.x.xx.xx	Execução dos Atos Potenciais Passivos	100.000

## Provisão

### Conceito

Ativo **possível** resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.



Os ativos contingentes **não** devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, quando uma entrada de recursos for provável, eles deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgadas em notas explicativas.

### Registro em contas de controle

D 7.1.1.x.x.xx.xx	Atos Potenciais Ativos	
C 8.1.1.x.x.xx.xx	Execução dos Atos Potenciais Ativos	100.000

## Provisão Matemática Previdenciária

### Conceito

Diferença a maior entre os valores provisionados pelos RPPS para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus servidores beneficiários e dependentes e as contribuições correspondentes

Compromissos futuros  
(pagamento de benefícios)



Contribuições previdenciárias

IPSAS 25 – Benefícios  
a Empregados

- Destaca a necessidade do reconhecimento do passivo atuarial e sua evidenciação no Balanço Patrimonial, em atendimento ao regime de competência

Portaria MP nº  
916/2003

- Estabeleceu o registro das reservas matemáticas previdenciárias como um dos pilares da contabilização do RPPS

## Provisão Matemática Previdenciária

Para o registro das provisões matemáticas previdenciárias, o ente deverá utilizar os desdobramentos da conta 2.2.7.2.0.00.00 do PCASP:

2.2.7.2.0.00.00	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO</b>	Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a futuros benefícios previdenciários a serem pagos aos contribuintes, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.
-----------------	--------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

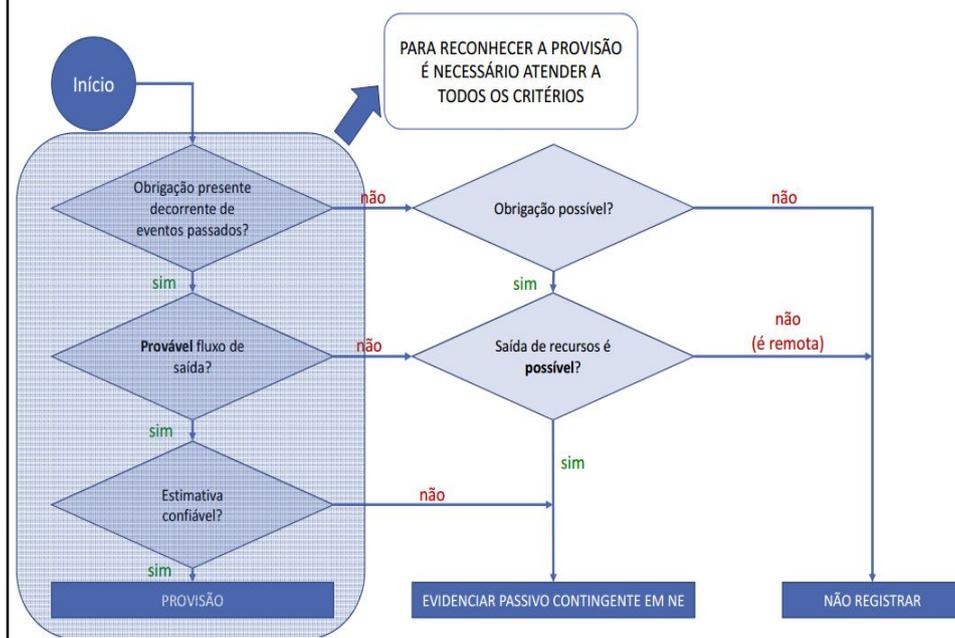
### Contabilização

D 2.2.7.2.x.xx.xx	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo
C 3.9.7.2.x.xx.xx	VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias



A fórmula de cálculo e a constituição das provisões matemáticas são objeto de normativos próprios do Ministério da Previdência Social.

## Árvore de Decisão



## Ativo Contingente

Probabilidade de ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial prestação de serviços	Classificação	Forma de evidenciação
Certeza	Ativo	Balanco Patrimonial e Notas Explicativas
Provável	Ativo Contingente	Notas Explicativas
Pouco provável	Ativo Contingente	Não é divulgado

## Ajustes de Exercícios Anteriores

- Mudanças de estimativas

- Ajustes de erros e omissões ocorridos em anos anteriores

- Mudanças de critérios contábeis: lançados no PL e evidenciados em Notas Explicativas.

Laçados no PL e evidenciados em Notas Explicativas.

## SOLUÇÕES EDUCACIONAIS



Presenciais



A Distância



Customizadas



Lato e Stricto  
Sensu

 **FaceEsesp**  
***esesp.es.gov.br***

